

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/08/2007**, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 27/08/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/16; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 27 – Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da

própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa Central tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

4. Caixas e equivalentes de caixa

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Caixa e depósitos bancários	9	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	373.480	41.985
Títulos e valores mobiliários	251.069	765.721
Relações interfinanceiras de liquidez	83	2.317
TOTAL	624.641	810.030

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	Circulante	Não circulante	30/06/2018	Circulante	Não circulante	30/06/2017
Aplicações em Operações Compromissadas	33.314	-	-	-	-	-
Aplicações em depósitos Interfinanceiros	340.166	-	340.166	21.417	20.568	41.985
TOTAL	373.480	-	373.480	21.417	20.568	41.985

Trata-se de Certificado de Depósito Interfinanceiro no Bancoob, remunerados à taxa média de 96 a 101 % do CDI. As aplicações têm vencimento final em junho de 2019 e têm liquidez imediata.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	Circulante	Não circulante	30/06/2018	Circulante	Não circulante	30/06/2018
Cotas de Fundos de Investimentos	197.122	5.170	202.292	672.882	9.072	681.954
Vinculados a prestação de Garantias	48.777	-	48.777	48.269	35.498	83.767
TOTAL	245.899	5.170	251.070	721.151	44.570	765.721

(a) Referem-se a cotas de fundos de investimentos de renda fixa no BANCOOB. Todos os títulos foram devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). Os fundos possuem liquidez diária.

(b) Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC),

vinculados à garantia de operações com cartões de crédito das cooperativas singulares associadas, não podendo ser resgatado antecipadamente. O vencimento final dos títulos é em 1º de março de 2020.

7. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cheques e Outros Papéis Remetidos	-	150
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	83	2.167
TOTAL	83	2.317

(a) Referem-se ao saldo mantido ainda na centralização financeira da UNICRED.

8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não circulante	Total	
Empréstimos	19.890	12.383	32.273	7.673
(-) Provisões para Operações de Crédito	(168)	(67)	(234)	(38)
TOTAL	19.723	12.317	32.039	7.635

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em	Provisões	Total em	Provisões
				30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
AA	-	Normal	5.979	5.979	-	-	-
A	0,50%	Normal	22.181	22.181	(111)	7.673	(38)
C	3%	Normal	4.113	4.113	(123)	-	-
Total Normal			32.273	32.273	(234)	7.673	(38)
Total Geral			32.273	32.273	(234)	7.673	(38)
Provisões			(234)	(234)	-	38	-
Total Líquido			32.039	32.039	-	7.635	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	809	19.081	12.383	32.273
TOTAL	809	19.081	12.383	32.273

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	92	157
Constituições/Reversões	142	(134)
TOTAL	234	23

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	7.000	21,69%	3.135	40,85%
10 Maiores Devedores	29.903	99,07%	7.673	100,00%
20 Maiores Devedores	32.273	100,00%	7.673	100,00%

8.1 Riscos das operações de crédito sem Coobrigações

As Cessões sem Coobrigação estão assim representadas:

Compra	Valor da Cessão	Saldo em junho/2018	Risco - junho/2018
ago/17	3.359	2.902	C
out/17	2.997	2.751	AA
ago/17	1.011	989	AA
ago/17	4.562	4.513	A
TOTAL	11.929	11.155	-

9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Diversos	2.094	2.329
TOTAL	2.094	2.329

Em Diversos estão registrados adiantamentos e antecipações salariais (R\$ 83), pagamentos a ressarcir de (R\$ 834) valores a serem debitados das singulares referente taxa administrativa da central, valores pagos para realização de eventos (R\$ 183), pendências a realizar e rateios entre as filiadas (R\$ 86) e depósitos judiciais (R\$ 908), todas classificadas em não circulante.

10. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas Antecipadas	214	111
TOTAL	214	111

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, depósitos de garantia de alugueis, benefícios cedidos a funcionário, assinatura de periódicos, garantia estendida de equipamentos de informática.

11. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNIMAIS e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações inst. Financ. controlada Coop. Crédito - Bancoob	6.561	5.729
Participações Coop - exceto Coop central crédito – UNICRED (a)	2.932	8.767
Sicoob confederação	3.263	597
Investimentos em empresas de seguro	13	-
TOTAL	12.768	15.093

(a) Cotas mantidas na confederação Unicred, o acordo de desfiliação desta central prevê a total devolução em outubro de 2018.

12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	2.192	-	
Edificações	250	250	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(223)	(213)	
Instalações	705	680	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(681)	(677)	
Móveis e equipamentos de Uso	909	255	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(217)	(157)	
Sistema de Comunicação	34	9	20%
Sistema de Processamento de Dados	666	536	10%
Sistema de Segurança	5	5	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(490)	(434)	
TOTAL	3.150	254	

(a) Refere-se aos gastos com reforma da nova Sede da Central Unimais situado na Rua Paraíso São Paulo/SP.

13. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Outros Intangíveis antes de 1/10/2013	392	392	20%
Outros Intangíveis após de 1/10/2013	299	253	20%
Marcas e patentes	1	1	
(-) Amortização	(600)	(518)	
TOTAL	91	129	

14. Relações Interfinanceiras

a) Composição dos Saldos

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Centralização Financeira	639.729	794.377
TOTAL	639.729	794.377

Refere-se aos depósitos das cooperativas singulares associadas, sendo esses recursos próprios, conforme determina o artigo 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015, e tem remuneração atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

b) Concentração da Centralização Financeira

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	321.752	50,30%	244.319	30,76%
10 Maiores Depositantes	639.729	100,00%	783.539	98,64%
20 Maiores Depositantes	639.729	100,00%	794.332	100,00%

15. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Sociais e Estatutárias	420	206
Fiscais e Previdenciárias	118	285
Diversas	4.174	6.383
TOTAL	4.712	6.874

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados	420	14
Cotas de Capital a Pagar	-	192
TOTAL	420	206

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos E Contribuições sobre Lucros A Pagar	2	-
Impostos e contribuições a recolher	116	285
TOTAL	118	285

15.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	58	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	386	533
Provisão para Passivos Contingentes (c)	250	241
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	1	1
Credores Diversos – País (d)	3.479	5.607
TOTAL	4.174	6.383

(a) Referem-se à provisão para pagamento de Fornecedores.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de pessoal.

(c) A Cooperativa possui contingências tributárias decorrentes do curso normal das operações. As contingências tributárias representam os processos em que são discutidas a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pelas autoridades fiscais nas situações de interesse de pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador. Contudo, com base no teor das matérias e nas experiências anteriores, a Administração da Cooperativa constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Referidas provisões estão cobertas parcialmente por depósitos judiciais, registrados em outros créditos no ativo não circulante.

(d) Em 2018 estão compostos os credores diversos por pendências a regularizar R\$ 22, valor cobrado da singular Sudeste Paulista relativo a multa por distrato de desfiliação no valor de R\$ 800 e valor de R\$ 2.657, relativo a devolução de capital pela desfiliação da Unimais Guarulhos, que foi efetivado no mês de julho/2018.

Em 2017 os valores registrados em credores diversos correspondiam ao acordo de desfiliação da Unicred Campinas no montante de R\$ 676 mil, e o montante de R\$ 4.928 mil refere-se a pendência a regularizar pela importação de dados da Confederação Unicred do Brasil na conta corrente de uma cooperativa desfiliação Unicred Campinas regularizada no evento subsequente.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB UNIMAIS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No 1º Semestre de 2018, a Cooperativa teve seu capital social reduzido em virtude da devolução de capital da singular desfilhada Sicoob Sudeste Paulista no montante de R\$ 2.444.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	28.528	29.814
Associados	5	9

b) Os valores correspondentes a Reserva de Expansão de R\$ 135 mil e Reservas Especiais de Financiamentos de R\$ 756 mil, foram revertidos para Sobras ou Perdas conforme deliberado em AGO 27 de abril de 2018.

c) Sobras Acumuladas

No primeiro semestre de 2018 a Sicoob Central Unimais apresentou resultado acumulado no valor de R\$ 498 positivo. Todas as sobras acumuladas totalizam R\$ 1.389.

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	602	3
Reversão de Outras Provisões Operacionais	1	-
Atualização de Depósitos Judiciais	-	231
Dividendos	-	626
Outras Rendas Operacionais	3.297	2.440
TOTAL	3.901	3.301

(a) Valor recebidos das cooperativas singulares a título de Taxa Administrativa mensalmente e outros rateios.

19. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de Empréstimos	1.422	539
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.476	-
Rendas c/ Tít. Valores Mobil. e Instrumentos Finan.	17.635	38.428
TOTAL	21.533	38.967

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(1)	-
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(20.400)	(40.952)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(2)	-
Outras Despesas Operacionais	(2)	(3)
Garantias Financeiras Prestadas	(1)	-
Outras Provisões Operacionais	-	(12)
TOTAL	(20.406)	(40.968)

21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Provisões para operações de crédito	(143)	(15)
TOTAL	(143)	(15)

22. Partes Relacionadas

22.a) Honorários

Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cédulas de Presença - Conselho Administrativo	207	149
Honorários	269	383
TOTAL	476	532

No primeiro semestre de 2018 foram pagos (R\$ 99) de planos de saúde para as partes relacionadas/dependentes legais e (R\$ 10) de benefício de alimentação e refeição.

22.b) Principais Operações

Singular	Saldo Devedor da Operação	Valor da Provisão	Risco - Junho/2018
Sicoob Bandeirantes	14.556	(74)	A
Sicoob Mantiqueira	1.944	(10)	A
Sicoob Mantiqueira	425	-	AA

23. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB)

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

- Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

- Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- (a) Utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- (b) Análise de descasamentos entre Ativos e Passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- (c) Definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- (d) Realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- (e) Definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- (f) Projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 dias;
- (g) Diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

- Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

- Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

- Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

- Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e os possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

24. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	250	908	250	899
TOTAL	250	908	250	899

PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS, sendo que os valores foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIMAIS, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 868. Essas ações abrangem, basicamente, ações cíveis, societárias e fiscais acerca das principais características das ações, quando relevantes.

A assessoria jurídica informou que o processo referente a contribuição previdenciária, INSS sobre cédula de presença no valor de R\$ 1.005 mil, foi julgado e considerado desfavorável à Cooperativa Central, entretanto, mediante as informações fornecidas pela Sicoob Unimais de que a contribuição foi regularmente declarada em GFIP e recolhida via GPS durante todo o curso da demanda, tem-se que o crédito tributário se encontra extinto pelo pagamento, nos termos do art. 156, I do CTNz.

25. Outros assuntos

Em 27 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração do Sicoob Unimais aprovou a devolução de R\$ 2.244 mil do saldo em conta capital, com a retenção de R\$ 800 mil, conforme termo de desfiliação assinado em 8 de janeiro de 2018, entre a Central e a singular Sicoob Sudeste Paulista. Dos valores a devolver para a ex-associada, permanece pendente, o saldo de R\$ 7.201 mil referente a centralização financeira.

Em 27 de abril de 2018, o Conselho de Administração do Sicoob Unimais aprovou a devolução de R\$ 3.507 mil do saldo em conta capital, com a retenção de R\$ 850 mil, conforme termo de desfiliação assinado em 20 de junho de 2018, entre a Central e a singular Sicoob Unimais Guarulhos. O montante de R\$ 56.307 mil que constava no balaço de 30 de junho de 2018 como centralização financeira, foi devolvido em sua totalidade em julho de 2018.

Dr. Armando Lazzaris Fornari – Presidente

Sr. Sandro Roque - Diretor Executivo

Sr. Marcio Lopes - Diretor Administrativo

Devanilson Magalhães da Silva
Contador – CRC nº MT 010764OO-2

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob Unimais
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo – Sicoob Unimais em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Central. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Central a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo /SP, 16 de outubro de 2018.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'RRL', is written over a faint rectangular stamp.

Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais)

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do 1º semestre de 2018 da Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo - Sicoob UniMais, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 30 de junho de 2018 a Sicoob Unimais completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2018, o Sicoob Unimais obteve um resultado de R\$ 498 antes das destinações, representando um retorno semestral de 1,50% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira e Aplicações somaram R\$624.642 e R\$ 810.030 respectivamente são descritos na tabela abaixo. Por sua vez a carteira de operações de crédito representava R\$ 32.040 e R\$ 7.635 respectivamente.

	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades	9	7
Aplicações interfinanceiras de liquidez	373.480	41.985
Títulos e valores mobiliários	251.070	765.721
Centralização Financeira	83	2.317
Total	624.642	810.030

4. Repasses Interfinanceiros

Os Repasses Interfinanceiros no total de R\$ 639.729 e R\$ 794.377 respectivamente, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19,46%.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por repasses interfinanceiros	639.729	794.377
Total	639.729	794.377

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência da Sicoob Unimais era de R\$ 32.383 em 2017 e R\$ 29.874 milhões em 2018. O quadro de associados era composto por 5 cooperados, havendo uma redução de 44% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O Sicoob UniMais adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A Central Sicoob UniMais possui uma área de controles internos que é fiscalizada pela estrutura de auditoria interna da Confederação, que verifica a sua eficiência, suficiência e adequação a legislação vigente.

As demonstrações contábeis são auditadas pela entidade de auditoria cooperativa conforme legislação vigente, que emitem opinião a cerca da estrutura e eficiência de controles internos, e a confiabilidade dos demonstrativos contábeis e a situação econômico-financeira da instituição, que são levados para conhecimento do Conselho de Administração e a Assembleia Geral para aprovação das contas de exercício, conforme legislação vigente.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a cooperativa adota o manual de crédito e a plataforma do risco de crédito da confederação (PRC), aprovado, pelo conselho de administração do Conselho de Administração da Central Sicoob UniMais.

O sistema normativo da Central Sicoob Unimais é composto pelo Estatuto Social, pelo Regimento Interno, pelas resoluções internas e as políticas aprovadas pelo conselho de administração.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2020, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração ou da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Sicoob UniMais aderiram, em 20/06/2017, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pelo Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos colaboradores, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

São Paulo, 16 de outubro de 2018.

Dr. Armando Lazzaris Fornari
Presidente do Conselho de Administração

Dr. Felipe Magalhães Bastos
Vice-presidente do Conselho de Administração

Marcio Lopes - Diretor Administrativo
Diretor Executivo Administrativo

Sandro José Roque Tavares
Diretor Executivo de Desenvolvimento

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

Ativo	Nota	30-jun-18	30-jun-17	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30-jun-18	30-jun-17
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	9	7	Obrigações por repasses interfinanceiros	14	639.729	794.377
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	373.480	21.417	Obrigações sociais e estatutárias	15.1	420	142
Títulos e valores mobiliários	6	245.899	721.151	Obrigações fiscais e previdenciárias	15.2	118	285
Relações interfinanceiras	7	83	2.317	Outras obrigações	15.3	4.174	6.142
Operações de crédito	8	19.723	3.298				
Outros créditos	9	2.094	1.430	Total do passivo circulante		644.442	800.946
Outros valores e bens	10	214	111				
Total do ativo circulante		641.502	749.731	Não circulante			
Não circulante				Exigível a Longo Prazo			
Realizável a Longo a Prazo				Obrigações sociais e estatutárias	15.1	-	64
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	20.568	Outras obrigações	15.3	-	241
Títulos e valores mobiliários	6	5.170	44.570	Total do passivo não circulante		-	305
Operações de crédito	8	12.317	4.337				
Outros créditos	9	-	899	Patrimônio líquido	17		
Total do ativo não circulante		17.487	70.374	Capital social	17.a	28.528	29.814
Permanente				Reservas de sobras	18.b	640	1.484
Investimentos	11	12.768	15.093	Sobras do exercício	18.c	1.389	3.032
Imobilizações de uso	12	3.150	254	Total do patrimônio líquido		30.557	34.330
Intangível	13	91	129				
Total do permanente		16.009	15.476				
Total do ativo		674.998	835.581	Total do passivo e do patrimônio Líquido		674.998	835.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIIS

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

	<u>Nota</u>	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Expansão</u>	<u>Reserva Especial</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2016		28.070	593	674	217	257	29.811
Destinação das sobras exercício anterior		-	-	-	-	(257)	(257)
Constituição de Reservas		-	-	-	539	(539)	-
(-) Devolução de capital		1.744	-	-	-	-	1.744
Reversões de reservas		-	-	(539)	-	539	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	3.032	3.032
Saldos em 30/06/2017		29.814	593	135	756	3.032	34.330
Saldos em 31/12/2017		32.482	640	135	756	404	34.417
Destinação de Sobras Exercício Anterior							
Ao Fates		-	-	-	-	(404)	(404)
Integralização/subscrição de capital		1.149	-	-	-	-	1.149
(-) Devolução de Capital		(5.102)	-	-	-	-	(5.102)
Reversões de reservas		-	-	(135)	(756)	891	-
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	498	498
Saldos em 30/06/2018		28.528	640	-	-	1.389	30.557

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS

CNPJ nº 73.085.573/0001-39

	<u>30-jun-18</u>	<u>30-jun-17</u>
Ingressos e receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito	1.422	539
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	<u>20.111</u>	<u>38.428</u>
	21.533	38.967
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(142)</u>	<u>(15)</u>
	(142)	(15)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>21.391</u>	<u>38.952</u>
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais		
Ingressos e receitas de prestação de serviços	151	1.494
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	2	
Dispêndios e despesas de pessoal	(2.520)	(3.633)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(1.982)	(1.364)
Dispêndios e despesas tributárias	(34)	(38)
Dispêndios de Depósitos intercooperativos	(20.400)	(40.952)
Ingressos de depósitos intercooperativos		3.599
Outros ingressos e receitas operacionais	3.899	5.043
Outros dispêndios e despesas operacionais	<u>(6)</u>	<u>(69)</u>
	(20.889)	(35.920)
Resultado operacional	<u>502</u>	<u>3.032</u>
Resultado não operacional		
Receitas não operacionais	<u>1</u>	<u>-</u>
	1	-
Resultado antes da tributação e das participações	<u>502</u>	<u>3.032</u>
Provisão para Imposto de Renda	<u>(2)</u>	
Provisão para Contribuição Social	<u>(3)</u>	
Sobras líquidas	<u>498</u>	<u>3.032</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017		
(Em reais)		
COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO - SICOOB UNIMAIS		
CNPJ nº 73.085.573/0001-39		
	30/06/2018	30/06/2017
Atividades operacionais		
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	498	3.032
Ajustes		
Provisão para operações de crédito	142	14
Depreciações e Amortizações	124	66
	764	3.112
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	59.611	60.195
Títulos e valores imobiliários	(68.303)	(11.929)
Relações interfinanceiras	6	-
Operações de crédito	5.381	(2.920)
Outros créditos	(1.227)	12.570
Outros valores e bens	80	(83)
	(4.458)	57.833
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Relações interfinanceiras	47.877	130.366
Obrigações sociais e estatutárias	263	(6.955)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(116)	(151)
Outras obrigações	48	(296)
	48.072	122.964
Caixa gerado nas operações	44.378	183.909
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aportes de capital em investimento	791	1.818
Aquisições de imobilizações de uso	(2.238)	(14)
Aquisições de ativos intangível e de diferido	-	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.447)	1.796
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por novos aportes de capital	1.149	1.744
Devolução de capital à cooperados	(2.445)	-
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	-	(257)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	(404)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.700)	1.487
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	41.231	187.192
No início do período (Nota 4)	583.410	575.951
No fim do período (Nota 4)	624.641	763.143
Variação Líquida das Disponibilidades	41.231	187.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis